



PARECER ÚNICO SUPRAM 341/2012

PROTOCOLO Nº 0738030/2012

Indexado ao(s) Processo(s)

Licenciamento Ambiental Nº 9562/2011/001/2012	DEFERIMENTO	Validade: 04 anos
Reserva Legal	Termo de Preservação/Averbação de Reserva	
DAIA	Não se aplica	

Empreendedor: HSIEH EMPIRE PARTICIPAÇÕES LTDA	
Empreendimento: Condomínio Industrial Tecnoparque Confins	
CNPJ: 09.594.711/0001-06	Município: Confins/MG

Area de interesse ambiental: APAF Carste Lagoa Santa e P.E. Serra do Sobrado
Bacia Hidrográfica: Rio das Velhas Sub-Bacia: Ribeirão da Mata

Atividades objeto do licenciamento:		
Código DN 74/04	Descrição	Classe
F-03-05-0	Prestação de outros serviços não citados ou não classificados	3

Medidas mitigadoras: X SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Medidas compensatórias: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Condicionantes: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Automonitoramento: <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO

Responsável pela elaboração dos estudos Emilene Freitas de Oliveira dos Santos	Registro CREA: 13136 D-PA
--	-------------------------------------

Relatório de vistoria/auto de fiscalização 93523/2012	Data: 07/08/2012
--	-------------------------

Data: 13/09/2012

Equipe	MASP/Matrícula	Assinatura
César Moreira Paiva Rezende	1136261-3	
Igor Rodrigues Costa Porto	1206003-4	
Leonardo Calcagno Ribas	82217-7	
Flora Misaki Rodrigues	1274271-4	
André Luís Ruas	1147822-9	
Carine Rocha da Veiga	125566-8	

De acordo:

Aprovação	Anderson Marques Martinez Lara Diretor de Apoio Técnico/ MASP 1147779-1	
De Acordo	Bruno Malta Pinto Diretor de Controle Processual/MASP 1220033-3	



1. INTRODUÇÃO

Esse parecer visa subsidiar a decisão da URC COPAM Velhas quanto à solicitação da Licença de Instalação Corretiva (LIC) do empreendimento denominado Condomínio Industrial Tecnoparque Confins, a ser instalado na zona de expansão urbana no município de Confins.

O objetivo deste empreendimento é atrair empresas voltadas a tecnologias de ponta, cujas características permitem uma alta produção, envolvendo pouco gasto de matéria prima, pouca energia e muito conhecimento tecnológico associado. Isto tudo deverá ocorrer em uma pequena área.

Desta forma, serão construídos 06 galpões, em uma área total de 3,2 hectares que serão administrados por um mesmo empreendedor, sendo que tal atividade foi classificada como: prestação de outros serviços não listados ou não classificados, classe 03, segundo a DN 74/2004.

É importante destacar que este empreendimento difere de um distrito pelo fato de não haver parcelamento do solo, sendo este todo inserido em uma matrícula única cujo número é 27562 e cuja área total está citada acima.

Assim não houve necessidade da emissão de diretrizes municipais ou estaduais por parte das secretarias e órgão responsáveis; nem tão pouco a doação à prefeitura de áreas públicas.

Ressalta-se que para este empreendimento não haverá necessidade de supressão de vegetação uma vez que a área se encontra totalmente antropizada.

2. LOCALIZAÇÃO

O empreendimento será implantado às margens da rodovia MG 424, na altura do KM 10, na Fazenda denominada Capim Seco. Estará inserido em uma zona de expansão urbana, na porção sul do município de Confins, na margem esquerda do ribeirão da Mata, próximo à porção norte do município de São José da Lapa (Minas Gerais), em área integrante do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e na extremidade sul da Área de Proteção Ambiental (APA) Carste de Lagoa Santa.

3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento trata-se de um tipo de Condomínio Industrial de proporções pequenas, formado por 06 galpões cuja área individual é de 2.000 m², totalizando 1,2 hectares, contando ainda com um escritório para administração do condomínio, vagas para estacionamento de carros e caminhões, sistema de circulação interna de veículos, guarita de recepção e área de reserva legal, totalizando uma área de 3,2 hectares.

Ressalta-se este empreendimento se difere de um Distrito Industrial por não haver o parcelamento do solo e as empresas que deverão ser ali instaladas estarão voltadas ao ramo de indústrias de bens de consumo ligadas a tecnologia de ponta como, por exemplo, a fabricação microprocessadores, chip eletrônico, etc, conforme informado. É



importante destacar que cada empresa a ser instalada nos galpões deverá procurar sua própria regularização ambiental.

4. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

4.1 Áreas de Influência do Empreendimento

A Área Diretamente Afetada – ADA pelo empreendimento compreende o terreno onde será implantado o Condomínio Industrial Tecnoparque Confins. Já para a Área de Influência Direta - AID dos meios físico e biótico considerou-se um raio de 500 metros a partir de uma coordenada central do empreendimento. A Área de Influência Indireta - AI considerou-se um raio de aproximadamente um (1) Km, tendo como base a mesma coordenada central do empreendimento.

Para o meio sócio-econômico, foram consideradas AID's as localidades de Tavares e Inácia de Carvalho. Já quanto a AI foi contemplada a região dos municípios envolvidos, ou seja: São José da Lapa e Confins.

4.2 Meio Físico

Geologia Geral

No contexto da APA Carste de Lagoa Santa, as feições cársticas estão desenvolvidas em litotipos neoproterozóicos do Grupo Bambuí, componentes da Formação Sete Lagoas, aflorantes no extremo sudeste da extensa bacia sedimentar pré-cambriana do Bambuí que integra o Cráton do São Francisco.

Dentre as unidades lito-estratigráficas presentes na APA, como por exemplo Complexo Gnáissico-Migmatítico; Grupo Bambuí; Formação Sete Lagoas; Membro Pedro Leopoldo; Membro Lagoa Santa; Formação Serra de Santa Helena; Coberturas Cenozóicas, o empreendimento está localizado em região de Depósitos Aluvionares.

Esses depósitos, muito comuns na área, foram divididos em dois tipos principais, sendo que o mais atual corresponde a aluviões recentes dos rios ainda em curso que, às vezes, inundam extensas planícies. O outro tipo, encontrado também com frequência, diz respeito aos terraços aluvionares que se dispõem em dois níveis bem distintos e se sobrepõem aos mais recentes, com fácil identificação em campo.

Os depósitos recentes, encontrados nas margens ou dentro dos atuais cursos d'água na região, ocorrem em cordões alongados e contornos irregulares, envolvendo os canais fluviais. São distribuídos ao longo do ribeirão da Mata, córrego Jaguará e riacho da Gordura e são pouco expressivas ao longo do rio das Velhas.

As areias, siltes e argilas ocorrem em abundância e apresentam estruturas sedimentares dos tipos estratificações cruzadas tabulares, acanaladas e plano-paralelas. Nas grandes planícies aluviais, onde geralmente os cursos d'água são meandantes, de baixa competência e sujeitas a inundações periódicas, o material encontrado possui granulometria mais fina.



A área do empreendimento localiza-se zona de depósito aluvionar, na margem esquerda do ribeirão da Mata, em região conhecida como planalto dissecado do curso d'água.

Geologia Local

Em relação à geologia local, o empreendimento situa-se em áreas planas, com muita baixa declividade, constituídas por sedimentos de origem fluvial, representados por aluviões e terraços quaternários, solos de coloração amarela a cinza, textura predominante arenosa a areno-argilosa, que podem ser utilizados para pastagens.

Os sedimentos presentes na área estão assentados sobre o Complexo Gnáissico-Migmatítico indiviso do pré-cambriano.

É importante salientar que a área está localizada em antiga área de mineração de várzea de rio (extração de areia em cava aluvionar) e que posteriormente foi aterrada pelo ex-proprietário do imóvel em alguns pontos com entulho de construção civil e material de decapeamento de rocha.

Foi realizada uma sondagem na área e os testemunhos coletados a uma profundidade de até 19,0 m apresentaram a seguinte composição de cima para baixo: material proveniente de entulho (aterro) de construção civil; argila siltosa amarela pouca arenosa e de consistência mole a muito mole; argila plástica cinza; silte argiloso amarelo pouco arenoso e duro e silte ou solo residual arenoso amarelo compacto proveniente de rocha residual.

Geomorfologia

A APA apresenta uma geomorfologia cárstica típica e diversificada, com algumas feições especialmente marcantes como grande quantidade de dolinas em variedade de tamanhos, formas e padrões genéticos, muitas vezes limitadas por paredões calcários lineares; grandes maciços rochosos aflorantes ou parcialmente encobertos; muitos lagos com diferentes comportamentos hídricos, associados às dolinas ou em amplas planícies rebaixadas, e uma complexa trama de condutos subterrâneos, comumente conectados com o relevo superficial e, assim, acessíveis ao homem.

Grande parte da área cárstica situa-se no interflúvio do rio das Velhas (a leste) e ribeirão da Mata (a oeste-sudoeste), estando limitada ao sul-sudoeste pela ocorrência das rochas granito-gnáissicas do embasamento cristalino. Ao norte o limite não está bem estabelecido, mas o perímetro cárstico pode ser referenciado por aquele que define os limites da APA.

As áreas de depressão da APA caracterizam-se por uma planície de corrosão com vale fundo plano e córregos e lagos cársticos efêmeros.

Conforme o mapeamento geomorfológico da APA, o empreendimento estará localizado na área conhecida como Planalto Dissecado do ribeirão da Mata.



Hidrogeologia e Hidrologia

A região da APA Carste está inserida no domínio das rochas pelítico-carbonáticas do Grupo Bambuí, onde predominam os aquíferos cársticos semi-confinados a livres, constituídos por calcários e de forma menos expressiva por ardósias e siltitos intercalados.

Em relação à geologia da área, os tipos de rochas podem ser divididos em quatro grupos: gnaiss-migmatíticos; Calcários da Formação Sete Lagoas; Pelitos e Sedimentos Quaternários. O último grupo é constituído por material colúvio-aluvionar presente nas calhas e margens dos cursos d'água locais, podendo propiciar aquíferos freáticos regulares, dependendo da espessura do material e da sua composição granulométrica.

A sondagem realizada na área do empreendimento até uma profundidade de menos de 20 m confirmou a inexistência de aquífero próximo à superfície. Foram identificados, de cima para baixo, a seguinte estratigrafia: material de aterro, argila e silte proveniente de rocha.

A APA pode ser entendida como domínios que constituem bacias aquíferas. O ribeirão da Mata, curso d'água relacionado diretamente à área do empreendimento, exerce um domínio localizado ao sul da área, determinado por um grupo de isolinhas potenciométricas. A área de domínio do ribeirão constitui-se por gradientes elevados.

O município de Confins é percorrido na sua porção sul pelo ribeirão da Mata, que abrange uma subbacia do rio das Velhas, que por sua vez integra a grande bacia do rio São Francisco (SF). A subbacia do Velhas é dividida em 03 regiões conhecidas como: Baixo Velhas, Médio Velhas e Alto Velhas. A área do empreendimento localiza-se na microbacia do ribeirão da Mata, ao sul do Médio Velhas, na sua margem esquerda.

A bacia do ribeirão apresenta área de drenagem de 757km². Desse total, apenas 37,5km² estão compreendidos dentro dos limites da APA Carste, o que representa menos de 5% da área total da bacia.

O ribeirão citado encontra-se bastante antropizado e uma das principais causas da degradação é o lançamento de esgotos no curso d'água ou em seus afluentes. A extração de areia também contribui significativamente para o assoreamento.

Pedologia

Os perfis de solo ocupam diferentes posições geomorfológicas na APA, não só em relação à altitude, mas também na forma de relevo e pendente. De acordo com as suas características, podem ser classificados como Latossolos, Podzólicos e Cambissolos.

Apesar de a área apresentar um padrão predominantemente cárstico, os estudos de solos revelaram a grande influência dos metapelitos compostos por siltitos, argilitos e arenitos subordinados, referentes à formação Santa Helena, que recobrem grande parte da formação Sete Lagoas, tanto o membro Pedro Leopoldo quanto o membro Lagoa Santa.



As várzeas presentes na APA são formadas por deposições aluvionares do Quaternário, ocorrendo em relevo plano e com vegetação primária predominante de floresta tropical higrófila de várzea, que, por ocasião das chuvas intensas, ficam sujeitas a inundações. São ocupadas em sua maior parte pelos Gleissolos e Solos Aluviais, mal drenados a imperfeitamente drenados. Apesar de serem consideradas como áreas de alta fragilidade natural, possuem baixo risco de erosão por ocorrerem em relevo plano.

Clima

Segundo a classificação de Köppen, a região da APA é enquadrada no tipo climático Aw, ou seja, tropical úmido com inverno seco e verão chuvoso, uma vez que a temperatura média do mês mais frio é superior à 18°C e os totais pluviométricos anuais encontram-se em média entre 1000 e 1500 mm.

Quanto à distribuição anual das precipitações, a região possui regime pluviométrico tipicamente tropical, uma vez que ocorre uma grande concentração de chuvas no verão e seca no inverno. O trimestre mais chuvoso, correspondente aos meses de novembro, dezembro e janeiro e o período seco se estende normalmente por 5 meses, de maio a setembro, representando menos de 8% das chuvas anuais.

O período de deficiência (precipitação inferior à evapotranspiração potencial) inicia-se em maio, estendendo-se até o início de outubro. Apesar de sua longa duração, o declínio da temperatura no inverno reduz o processo de evapotranspiração e os estoques de água do solo são utilizados lentamente pela vegetação, de forma que os maiores déficits só vêm a ocorrer a partir de meados de junho.

Com o início das chuvas, nos meses de outubro e novembro, ocorre a reposição de água no solo. O excedente hídrico, bastante significativo, inicia-se em dezembro, estendendo-se até março. Nesse período, ocorrem as máximas descargas pluviométricas observadas no ano.

A temperatura média do ar na APA é da ordem de 23° C. A umidade relativa varia de 60% a 77% nos meses mais secos e úmidos, respectivamente, chegando a 96% nos meses mais úmidos. A pluviometria média está em torno de 1380 mm. O período seco estende-se por cinco meses, de maio a setembro, com menos de 7% das chuvas anuais, caracterizando um regime pluviométrico tipicamente tropical, havendo uma grande concentração de chuvas no verão e seca no Inverno.

A direção predominante dos ventos na região é a SE (ventos provenientes de sudeste). Os ventos provenientes de oeste (W, NW e SW) ocorreram com menor frequência. Com relação à velocidade dos ventos, a média anual é da ordem de 1,4m/s; os maiores valores mensais são verificados em setembro, alcançando em média 1,8m/s. Por outro lado, a menor velocidade média mensal, da ordem de 1,0m/s, tende a ocorrer no mês de junho.

Espeleologia

O carste da APA Carste Lagoa Santa é considerado o berço da espeleologia brasileira. A maior parte das cavernas existentes no Brasil foram possivelmente formadas no



Terciário, sendo que as fases de maior desenvolvimento ocorreram certamente no Quaternário.

Muitos abrigos e cavernas da APA estão localizados na base de paredões calcários que afloram próximos às dolinas. A formação de abrigos e das cavernas está condicionada à ocorrência de falhas e fraturas no calcário, que por sua vez facilitam a liberação e o abatimento de blocos rochosos.

Foi realizada prospecção espeleológica na Área Diretamente Afetada (ADA) do Tecnoparque pela consultoria Carste Consultores Associados (supervisão de Augusto Auler), acrescida de um buffer de 250 metros.

Conforme o Relatório Espeleológico, *“não foram identificadas cavidades naturais subterrâneas (cavernas) na área do empreendimento, uma vez que a geomorfologia da área não cria condições favoráveis à ocorrência dessas feições.”*

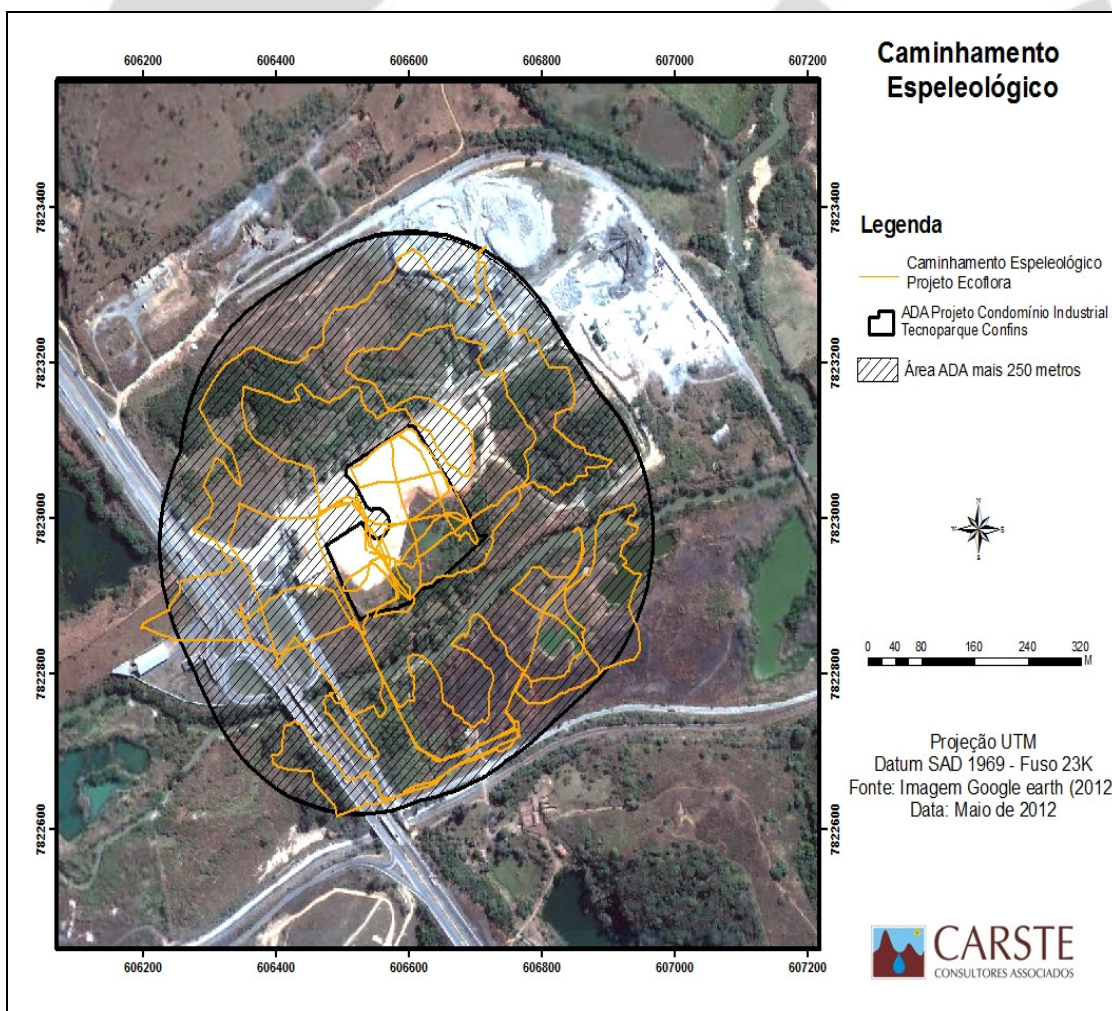


Imagem: caminhamento espeleológico realizado na ADA e buffer de 250 m.

A consulta feita à Base de Dados do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) também demonstrou a inexistência dessas feições cadastradas próximas ao



empreendimento, bem como o baixo potencial de ocorrência. A caverna mais próxima, Lapa do Forno de Cal, situa-se a nordeste da área e a aproximadamente 3,89 km de distância em linha reta.

Em relação ao estudo arqueológico foi aprovada a dispensa de pesquisa arqueológica no empreendimento, conforme OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG Nº 1791/2012.

4.3 Meio Biótico

Flora

Segundo os estudos, o empreendimento está localizado no município de Confins, e inserido no Bioma Cerrado. Na região do empreendimento existem vários fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual (FES) e Cerrado, sendo que muitos deles estão inseridos no Sistema de Áreas Protegidas (SAP) do Estado de Minas Gerais.

A localização do empreendimento em relação ao mapa de Biomas do Estado de Minas Gerais mostra que este está próximo aos limites do Bioma Mata Atlântica, sendo então a área caracterizada como de transição, na qual se verifica a ocorrência tanto de espécies comuns do cerrado, quanto da Mata Atlântica.

Embora a vegetação original da região do empreendimento esteja, em grande parte, suprimida pelo crescimento desordenado das cidades e do grande desenvolvimento econômico regional, ainda podem ser encontrados fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual e Cerrado em bom estado de conservação, muitas vezes associados a Unidades de Conservação (UC's).

Conforme o EIA apresentado, em consulta realizada no Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversitas, o empreendimento está inserido na área 42 – Região Cárstica de Lagoa Santa/Sete Lagoas e possui importância biológica Muito Alta principalmente pelo complexo cerrado existente e a grande ocorrência de matas secas e matas mesófilas, sendo as principais pressões antrópicas apontadas: o desmatamento, as pressões urbanas, empreendimentos minerários e a atividade agropecuária.

Com relação às espécies arbóreas ocorrentes na região, são comuns a sucupira-preta (*Bowdichia virgilioides*), jacarandá de espinho (*Machaerium scleroxylon*), jacarandá-do-campo (*Machaerium acutifolium*), pindaíba (*Xylopia aromatica*), ipês-amarelos (*Tabebuia chrysotricha*, *Tabebuia ochracea*), açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), pau-terra-de-folha-miúda (*Qualea parviflora*), angico vermelho (*Anadenanthera macrocarpa*), palmeira macaúba (*Acrocomia aculeata*), palmeira gerivá (*Syagrus rommanzoffiana*), ingás (*Inga sp.*), mirinbiba (*Terminalia aff. brasiliensis*), etc.

Espécies consideradas invasoras como braquiárias (*Brachiaria sp.*), capim gordura (*Melinis minutiflora*), capim favorito (*Richelythrum repens*), cordas de viola (*Ipomoea spp.*), capim colônia (*Panicum maximum*), e diversas outras ruderais ocorrem indiscriminadamente por toda a área.

De acordo com o apontado nos estudos, a vulnerabilidade natural local do empreendimento, segundo o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, é muito alta, com a potencialidade social muito favorável.



É importante ressaltar que durante a vistoria no local onde se pretende instalar o empreendimento, não existem fragmentos florestais ou vegetacionais expressivos que necessitem de supressão, havendo no local gramíneas e algumas herbáceas, sendo a maioria delas espécies exóticas invasoras.

Segundo os estudos a ADA já foi minerada e utilizada como aterro de resíduos, sendo que a vegetação ali existente encontra-se totalmente descaracterizada, predominando espécies como a *Brachiaria sp.* e *Ricinus communis* (mamona), ambas ocorrentes em áreas antropizadas.

Fauna

Para o levantamento da fauna foram utilizados dados secundários e primários, sendo que estes últimos através de caminhamentos nas áreas de influência do empreendimento, buscando o registro do maior número de espécies possíveis de cada grupo levantado.

Para o grupo dos mamíferos foram realizadas buscas durante o manhã (07:00 às 09:00) e no período crepuscular (18:00 às 19:30), sendo as espécies registradas por observações diretas (visualização) e indiretas, tais como pegadas, fezes, pelos, tocas, etc.

Quanto a avifauna foram percorridos transectos lineares de distância variável e realizados pontos de escuta e observação em determinados locais estratégicos. Para auxiliar o trabalho de campo, utilizou-se binóculos (Bushnell 8x42), gravadores e máquinas fotográficas visando auxiliar o registro do maior número possível de aves nas áreas.

De acordo com os estudos, para os anfíbios foi feita a procura noturna ativa, com auxílio de lanterna, às margens do ribeirão da Mata. Durante o dia, no interior das áreas florestadas do entorno do empreendimento, foram contempladas as ações de remoção e averiguação de folhiços, troncos caídos, cascas de árvores e pedras, que são os ambientes mais propícios para se encontrar estes animais.

Já para os répteis, o esforço amostral se concentrou nos remanescentes de floresta situadas na área de influência do empreendimento e ao longo da área de preservação permanente - APP do ribeirão da Mata.

É importante destacar também que para o diagnóstico da fauna foram feitas entrevistas com moradores locais, com foco nos quatro grupos da fauna levantados.

Para o grupo dos mamíferos foram citadas as espécies *Callithrix penicillata* (mico estrela), *Hydrochoeris hydrochaeris* (capivara), *Sylvilagus brasiliensis* (coelho), *Didelphis albiventris* (gambá), *Dasyus novemcinctus* (tatu galinha), *Euphractus sexcinctus* (tatu-peba), *Cuniculus paca* (paca), *Nasua nasua* (quati), *Procyon cancrivorus* (mão-pelada), etc.

Foram registradas através de levantamentos bibliográficos as espécies *Leopardus pardalis* (jaguatirica), *Chrysocyon brachyurus* (lobo-gará), *Lontra longicaudis* (lontra) e *Leopardus tigrinus* (gato do mato), todos situados na categoria de vulnerável, segundo a lista estadual da fauna ameaçada de extinção (DN 147/2010).



Já para o grupo das aves foram citadas as espécies *Aratinga áurea* (periquito rei), *Forpus xanthopterygius* (tuim), *Cariama cristata* (seriema), *Colombina talpacoti* (rolinha caldo de feijão), *Patagioenas picazuro* (trocal), *Leptotila verreauxi* (jurití), *Colaptes campestris* (pica – pau do campo), *Eupetomena macroura* (beija flor tesoura), *Guira guira* (anu branco), *Crotophaga ani* (anu preto), *Coragyps atratus* (urubu), *Troglodytes musculus* (corruíra), *Lepidocolaptes angustirostris* (arapaçu do cerrado), *Ramphasto toco* (tucano), etc.

Quanto ao grupo da herpetofauna (répteis e anfíbios) foram citadas as espécies *Hyla faber* (sapo ferreiro), *Scinax fuscovarius* (perereca de banheiro), *Hypsiboas albopunctatus* (raspa cuia), *Rhinella schneideri* (sapo boi), *Tropidurus torquatus* (calango), *Cnemidophorus ocellifer* (calango), *Micrurus corallinus* (cobra coral), *Bothrops sp. (jararaca)*, *Crotalus durissus* (cascavél), *Philodryas olfersii* (cobra verde), dentre outras.

Tanto para o grupo da avifauna quanto para a herpetofauna não foram registradas espécies ameaçadas de extinção segundo as listas nacional e estadual da fauna ameaçada.

4.4 Meio Sócio-Econômico

A área onde se pretende instalar o empreendimento pertence ao município de Confins, cuja história se confunde com a da vizinha Lagoa Santa. Ambas abrigam lagoas e grutas que foram, a partir de 1835, objetos de pesquisa do renomado paleontólogo Peter Wilhelm Lund, famoso pela teoria sobre as origens da raça humana na América do Sul. Antes disso, o povoado servia de ponto de parada para tropeiros e bandeirantes que passavam pelo lugar.

A cidade recebeu o nome de Confins devido à sua localização extrema, já que se encontrava, à época, nos limites das fazendas instaladas em toda a região. Cercada de uma bela paisagem, está a Lagoa dos Mares, aberta à pesca. Perto dela, há pousadas e sítios de aluguel. Já no centro da cidade fica a Lagoa de Confins, formada por rocha calcária, que passa atualmente por um processo de despoluição.

Mas a cidade de Confins é mais conhecida pelo Aeroporto Internacional Tancredo Neves, a 40 quilômetros de Belo Horizonte. Em operação há quinze anos, é considerado um dos aeroportos mais modernos do país e um dos mais completos.

O município de Confins é considerado de pequeno porte. A representatividade do município em relação à Região Metropolitana de Belo Horizonte é pequena. Em 2010, de acordo com o IBGE, a população da localidade representava 0,12% da MRBH (Microrregião de Belo Horizonte).

O município faz parte da Regional de Saúde de Belo Horizonte, composta por mais 38 municípios. Em fevereiro de 2012, existiam 3 Centros de Saúde ou Unidade Básica de Saúde no município de Confins, segundo o DATASUS. Entretanto, não há nenhum Hospital Geral no município.

A produção agrícola resume-se em três culturas: Feijão, Mandioca e Milho. A silvicultura também foi importante durante alguns anos. A quantidade de animais, por cabeça, tipo bovinos, entre 2009 e 2010, passou de 1.100 para 1.057, o que representa



queda de 3.09%. Em linhas gerais, os usos urbanos no município de Confins são: uso residencial, comercial e de serviços, uso industrial e de infraestrutura urbana.

Considerando os 1.698 domicílios particulares permanentes, em 1.667 o destino do lixo é a coleta. Destes, 1.660 são coletados por serviço de limpeza e 7 são coletados em caçamba de serviço de limpeza. Vinte e nove domicílios eliminam seus lixos através das queimadas. Em dois domicílios o lixo em enterrado na propriedade.

A rede geral de abastecimento de água atinge 1.625 domicílios, o que representa 95.70% do total. Outros 55 domicílios (3.23%) possuem poços ou nascentes na propriedade. Três domicílios (0.17%) utilizam de poços e nascentes localizados fora da propriedade. Quatorze domicílios (0.82%) armazenam água da chuva em cisternas.

Percebe-se que quase todos os domicílios possuem energia elétrica em Confins. Em 2010 foram contabilizados 1.698 domicílios. Destes, 1.696 (99.88%) tinham energia elétrica e apenas 2 (0.12%) não tinham.

O crescimento do PIB em Confins foi considerável entre 2005 e 2009. Em 2005, o PIB foi de R\$ 388.524,32. Já em 2009 o PIB foi de R\$ 1.137.906,03. O crescimento, considerando este período, foi de 192.87%, ou 48.21% por anos, em média. Considerando que neste período o país cresceu, em média, entre 3.5% e 5% ao ano, o crescimento do município de Confins pode ser considerado excelente.

A agropecuária é insignificante para a economia de Confins. Em 2005, representou apenas 0.23% do PIB. Já em 2006, a representatividade foi de 0.09%. Em 2007, este setor foi responsável por apenas 0.05% do PIB. Em 2008 e 2009, a representatividade foi de, respectivamente, 0.06% e 0.05%.

A representatividade do setor de indústrias também é baixa. Em 2005, representou 1.61% do PIB da cidade. Já em 2006, a representatividade foi de 0.84%. Em 2007, este setor foi responsável por apenas 0.98% do PIB. Em 2008 e 2009, a representatividade foi de, respectivamente, 1.12% e 0.87%.

O principal setor é o de Serviços. Em 2005, representou 56.40% do PIB da cidade. Já em 2006, a representatividade foi de 29.42%. Em 2007, este setor foi responsável por 18.09% do PIB. Em 2008 e 2009, a representatividade foi de, respectivamente, 19.49% e 19.74%.

Já o município de São José da Lapa surgiu devido a um povoamento da região no final do século XIX. O local onde hoje é o jardim da Praça Dumas Chalita foi onde Manoel da Cunha construiu a primeira capelinha do município, em sua época. Posteriormente, pequenos terrenos ao redor da construção foram vendidos e assim foi surgindo o povoado.

O nome São José da Lapa surgiu apenas em 1953 devido ao surgimento de uma figura parecida com a imagem de São José formada pelas águas que escorriam do paredão da pedreira. Apenas em 1975 o povoado foi elevado à categoria “distrito” e em 1992, após referendo popular, o distrito foi transformado em município.

Após analisar os dados coletados pelo IBGE, conclui-se que o município é considerado de pequeno porte, pela contagem populacional. Quando analisada a representatividade



do município em relação à Região Metropolitana de Belo Horizonte, afirma-se que sua representatividade é pequena.

Em termos absolutos, o crescimento urbano foi de 1.125 pessoas entre 1996 e 2000 e de 2.496 entre 2000 e 2010. Quanto à população rural, o crescimento foi de 1.674 pessoas entre 1996 e 2000 e de 2.303 entre 2000 e 2010.

Em 2010, segundo o IBGE, o município atingiu a taxa de 94,9% de sua população com mais de 10 anos de idade, alfabetizada, o que quer dizer que quase todos os indivíduos com 10 anos ou mais são alfabetizados.

De acordo com o número de unidades e centros de saúde no município, São José da Lapa possuía 7 estabelecimentos de saúde em 2009. Percebe-se que, em termos absolutos, o número de crimes violentos vem caindo ao longo dos últimos anos.

A principal atividade, quanto ao plantio, refere-se à plantação de milho. São 20 hectares de área plantada e colhida, sendo que 100% destas plantações referem-se ao plantio de grãos (milho).

Nota-se que a economia de granjeiros (galos, galinhas, frangos, frangas e pintos) é de extrema importância para São José da Lapa. São 437.923 (quatrocentos e trinta e sete mil, novecentos e vinte e três) cabeças de animais contidos nesta categoria.

Em linhas gerais, os usos urbanos no município são: uso residencial, comercial e de serviços, uso industrial e de infraestrutura urbana.

Quanto a coleta de lixo, entre os 5.542 domicílios particulares permanentes, este é coletado em 5.525 (cinco mil, quinhentos e vinte e cinco). Em relação ao abastecimento de água, em 2010 o município possuía 5.402 domicílios abastecidos de água por rede geral. A outra forma de abastecimento que complementa o abastecimento de água é, principalmente, poço ou nascente, onde 161 propriedades utilizam-se deste meio.

Em relação ao esgotamento sanitário e a existência de banheiros nos domicílios, nota-se grande parte dos domicílios possuem banheiro ou sanitário, o que não garante uma situação confortável de saneamento básico, já que apenas 66,94% do esgoto é destinado à rede geral. Apesar dos números estarem dentro dos padrões brasileiros, trata-se de uma situação delicada, diante dos problemas de saúde ambiental que se desencadeiam pela ausência de saneamento básico.

A existência de energia elétrica nos municípios é outro indicador para se avaliar a situação de infra-estrutura no município brasileiro, uma vez que é um equipamento básico para garantir a qualidade e estrutura das localidades. No município analisado, a energia elétrica está presente em praticamente 100% dos domicílios, provando que este não sofre com a carência deste equipamento público.

A Indústria é preponderante para o município, representando, em termos absolutos, a maior fatia de contribuição para o PIB. Porém, o maior crescimento refere-se aos serviços.

Foi realizado o estudo de percepção ambiental que buscou identificar e compreender a percepção e comportamento socioambiental dos moradores dos bairros de Tavares e Inácia de Carvalho, pertencente ao Município de Confins e São José da Lapa.



O bairro de Tavares está localizado no município de Confins, região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), é onde se encontra o Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Segundo dados obtidos em campo o bairro tem aproximadamente 1500 eleitores e a população total é de 1800 pessoas.

O atendimento de saúde disponibilizado a população de Tavares é realizado na Unidade Básica de Saúde (UBS) - Geraldo Martins de Oliveira. Segundo moradores, a estrutura da UBS oferece um espaço adequado para o atendimento aos pacientes com alguns equipamentos novos e com boas condições de trabalho.

Atualmente, uma das principais atividades econômicas exercidas por moradores da região é a atuação nas mineradoras e indústrias, com destaque para a Ical, Belocal e o Aeroporto Internacional.

Possui um estabelecimento de ensino, a Escola Municipal de Tavares, localizada na Avenida Antônio José Gonçalves Oliveira, no Centro de Tavares. Esta funciona em três turnos: manhã (Ensino Infantil e Ensino Fundamental I de 1º a 5º série), à tarde (Ensino Fundamental II de 6º a 9º série) e a noite funciona o EJA (Ensino de Jovens e Adultos).

Tavares conta com serviço de captação, tratamento e distribuição de água onde a empresa responsável é a COPASA. Conforme relato de moradores a água é de boa qualidade e ainda não ocorreram problemas com a falta do serviço.

Não existe nenhum sistema de coleta ou tratamento de esgoto na região. O sistema mais utilizado é o de fossas rudimentares. Conforme foi observado em campo, está em fase de construção a implantação das redes coletoras de esgoto. Já a coleta de lixo é realizada duas vezes por semana, segundas e quarta – feiras pela Prefeitura Municipal de Confins. Grande parte dos entrevistados relatou que o serviço é insuficiente e que não atende a demanda do bairro.

O bairro conta com serviço de distribuição de energia elétrica, assim como de iluminação pública, sendo de boa qualidade. O setor de comércio e serviços é suficiente para atender a população, que conta com mercearias, bares, drogarias e salão de beleza (masculino e feminino), papelaria, açougue, lojas de calçados, roupas e acessórios.

De acordo com os estudos apresentados, 76,67% dos entrevistados acreditam que o empreendimento pode contribuir para o desenvolvimento da região, 10 % acham que não contribuirá e 13,33% acreditam em termos no desenvolvimento da região.

Já em relação à possibilidade de instalação do empreendimento, 16,67% dos entrevistados avaliou a iniciativa como ótima, 16,67% como muito boa, 56,57 % como boa e 10% como regular. Nenhum pesquisado considerou a implantação como péssima.

Quanto ao outro bairro Inácia de Carvalho, este pertence ao Município de São José da Lapa, localizado a 23 Km de Belo Horizonte e apresenta uma estrutura simples, sendo tradicionalmente ocupada por algumas propriedades rurais.



De acordo com os estudos, segundo informações de moradores, o bairro conta com aproximadamente 1000 pessoas, população pela qual está dividida por famílias. Recentemente, pequenos sítios de lazer foram se formando e seus proprietários convivem, principalmente em finais de semana e feriados, com a população da região.

O bairro Inácia de Carvalho é atendido pelo Programa de Saúde da Família – PSF. O atendimento é realizado apenas duas vezes por semana às segundas e quartas – feiras e existe uma instituição de ensino na região, a Escola Municipal Inácia de Carvalho, que atende alunos até a oitava série do ensino Fundamental II.

Conforme EIA/RIMA apresentado, pode-se considerar que a água que abastece o distrito é de boa qualidade. A captação é realizada diretamente de uma nascente. A limpeza e manutenção da água é feita pela COPASA.

Quanto ao esgotamento sanitário foi observado em campo, que alguns moradores utilizam fossa como alternativa, mas boa parte do esgoto do bairro é lançada atualmente no córrego que passa na região. Segundo informações obtidas durante a pesquisa, a COPASA está implantando uma rede de esgoto local, fato que agrada a população.

A Prefeitura Municipal de São José da Lapa é a responsável pela coleta do lixo de Inácia de Carvalho, atividade realizada apenas uma vez por semana. Dentro desse item os moradores demonstraram insatisfeitos com o serviço e explicaram que muitas vezes são obrigados a queimar os resíduos.

Em relação aos aspectos negativos do Inácia de Carvalho, os pesquisados citaram a rede de esgoto e transporte público. Outros itens foram mencionados, como a saúde, lazer, asfalto entre outros, como demonstra acima.

Segundo os estudos, o empreendimento ora proposto poderá contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região para 80% dos entrevistados, visto que 20% das pessoas acreditam que este poderá, em termos, contribuir positivamente para a região.

Em relação à possibilidade de instalação do empreendimento, nas proximidades de Inácia de Carvalho, 56,86% do público entrevistado avaliou a iniciativa como boa, 16,66% como ótima, 13,33% como muito boa e 10% como péssima. Não responderam 3,33%.

5. IMPACTOS AMBIENTAIS

5.1 Impacto sobre o Meio Físico

Alteração da Paisagem Natural e Impacto Visual

Conforme verificado em vistoria a área já se encontra bastante antropizada, com a presença de espécies vegetais que não geram nenhum rendimento lenhoso (braquiárias e herbáceas). O terreno também apresenta pouca declividade, sendo necessárias pequenas movimentações de terra.



Assim, este impacto pode ser considerado de pouca relevância, sendo proposta, nos estudos, a implantação de uma cortina arbórea ao longo do empreendimento, de forma a harmonizar a paisagem do distrito.

Geração de Efluentes Líquidos

Para a fase de instalação do condomínio industrial serão gerados apenas os efluentes sanitários e os pluviais.

Cada empresa ali situada deverá tratar seus efluentes através de sistemas individuais, conforme previsto no projeto urbanístico/arquitetônico. Para tal, considera-se que a área a ser destinada a cada empresa, será suficiente para a implantação do sistema de tratamento individual.

Por estar situada dentro de uma unidade de conservação ambiental, os cuidados com a geração de efluentes devem ser enfatizados, devendo haver o monitoramento a montante e a jusante do ribeirão da Mata e na entrada do sistema e saída do filtro das fossas sépticas que deverão ser construídas quando do licenciamento da atividade presente em cada galpão.

Carreamento de Sólidos para o Curso d' Água

De acordo com os estudos, serão instaladas canaletas pluviais no entorno do empreendimento direcionando todo o efluente para pequenas bacias inseridas no próprio terreno, evitando assim a contaminação do ribeirão da Mata por sólidos carreáveis.

Após a instalação e operação das empresas neste empreendimento, já com a impermeabilização das vias, parte da drenagem pluvial será direcionada para a área de reserva legal e parte estará voltada para o curso d'água, devendo ser construídos dissipadores de energia de enrocamento, localizados ao final das canaletas.

Cabe destacar que, a implantação das estruturas de dissipação de energia atua também na mitigação do impacto de carreamento dos sólidos, uma vez que estes somente são carregados quando o escoamento possui energia para tal. Contudo, para o bom funcionamento do sistema de drenagem é necessária a constante manutenção das estruturas que a compõe, removendo-se periodicamente os sólidos ali que se depositarem.

Com relação à implantação das fundações, as sondagens realizadas na área do empreendimento informam que o solo apresenta-se facilmente penetrável até em profundidades medianas, ou seja, para a finalidade industrial, as fundações deverão ser profundas, a fim de se garantir segurança estrutural para a instalação de equipamentos. Contudo, haja visto a variedade de industriais possíveis de se instalarem nesse condomínio, será informado, por meio de contrato de locação, a capacidade máxima de carga admitida na construção dos galpões, ficando a cargo do futuro ocupante o reforço estrutural caso necessário, principalmente no que se refere à fundação.



Geração de Poeira e Ruídos

Segundo os estudos, a geração de poeira e ruídos deverá ocorrer com a movimentação de máquinas e veículos durante a terraplanagem da área. Porém, considerando a baixa declividade do terreno e a pouca movimentação de terra, a geração de poeira e ruídos deverá ser pequena, sendo que deverão haver aspersões de água sistemáticas na fase implantação do empreendimento, feita através de caminhões pipa, assim como a manutenção correta de veículos e equipamentos.

Geração de Resíduos Sólidos

Na fase de instalação, os resíduos sólidos como terra excedente proveniente dos cortes de aterro, entulhos da construção civil, resíduos orgânicos (lixo) gerados nos locais das obras e no canteiro de obras, durante as refeições e atividades de higiene dos funcionários, apresentam riscos de contaminação do solo e das águas.

Na fase de operação das empresas a serem instaladas também serão gerados resíduos sólidos de muitos tipos que deverão ser destinados de forma ambientalmente correta.

De forma geral, os resíduos sólidos gerados na instalação e operação do empreendimento poderão ser classificados de duas formas. Uma delas é o resíduo doméstico, caracterizado pela presença de papéis, plásticos, vidros, matéria orgânica resultante de alimentação humana e deverá passar por coleta seletiva, para posterior destinação as cooperativas de catadores e afins.

O material orgânico será destinado para a coleta pública municipal de Confins, e será acondicionado, apropriadamente, em um local próximo à rodovia, para um acesso mais fácil do sistema público de coleta.

A expectativa é que alguns desses resíduos sejam classificados como perigosos, e que por essa razão não possam ser destinados à coleta pública municipal ou reciclagem. Nesse caso, os resíduos serão destinados à aterros sanitários específicos para a destinação de resíduos perigosos ou para empresas de co-processamento, conforme legislação ambiental vigente.

Na fase de operação, cada empresa deverá ter seu Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos próprio, de maneira a atender a legislação para tratamento e destinação final de cada resíduo produzido.

5.2 Impacto Sobre o Meio Biótico

Supressão de Vegetação Nativa

Não haverá necessidade de supressão vegetal que gere algum rendimento lenhoso. Desta forma este impacto pode ser considerado insignificante, visto que a maioria dos indivíduos presentes na área são de espécies exóticas e invasoras.



Intervenção em área de preservação permanente – APP

Ocorreu uma intervenção pequena na APP do ribeirão da Mata para a instalação de parte de um galpão, o que acabou gerando o Auto de Infração 53213/2012.

O empreendedor apresentou declaração da prefeitura, às fls. 073, na qual declara que o tipo de atividade desenvolvida e o local de instalação do empreendimento da empresa é de interesse social do município, pois busca “alavancar o desenvolvimento industrial sustentável de Confins, gerando renda e aquecendo a economia local”. Não obstante, mesmo considerando tais alegações, não há amparo legal para que seja permitida a intervenção em área de preservação permanente nos termos propostos.

A Lei Federal 12.651/2012, em seu art. 8º, contudo, admite a intervenção em área de preservação permanente em casos de baixo impacto. O art. 3º, inciso X, alínea k, da mesma lei, considera atividade de baixo impacto ambiental *outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA ou dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente.*

A Deliberação Normativa COPAM n.º 76, de 25 de outubro de 2004, no seu art. 1º, inciso II, considera baixo impacto ambiental:

a intervenção localizada em Área de Preservação Permanente que não polua ou degrade significativamente o meio ambiente, assim entendido como aquela atividade que possa provocar alteração das qualidades físicas, químicas ou da biodiversidade, tais como: a) prejudicar a saúde ou bem estar da população humana; b) criar condições adversas às atividades sociais ou econômicas; c) ocasionar impactos relevantes à flora, à fauna e à qualquer recurso natural; d) ocasionar impactos relevantes aos acervos históricos, culturais e paisagístico.

Assim, diante da análise da equipe técnica desta SUPRAM CM, entende-se que a intervenção que ocorre se enquadra na descrição supracitada, sendo considerada, de baixo impacto ambiental, sendo autorizada, dessa forma.

Deve-se salientar ainda que o empreendedor propôs um Projeto Técnico de Recuperação Florestal para a recuperação de uma área equivalente ao dobro da área invadida, que faz conexão a APP e reserva legal, aprovado por este órgão ambiental.

Afugentamento da Fauna

Durante os trabalhos de terraplenagem, os ruídos provocados pelas máquinas e veículos, assim como pelo trânsito de operários poderá afugentar a fauna situada no entorno do empreendimento. Segunda a avaliação da equipe técnica pode se considerar tal impacto como pouco significativo considerando o grau de antropização da área e o fato da maioria das espécies levantadas nos estudos serem espécies de grande plasticidade ambiental. Este impacto deverá ser mais expressivo na implantação do empreendimento, quando houverem máquinas e equipamento em funcionamento no local.



5.3 Impacto sobre o Meio Socio-Econômico

Geração de Emprego, Renda e Impostos

De acordo com os estudos estima-se que aproximadamente 50 pessoas serão contratadas para a instalação do empreendimento, levando em consideração as obras de terraplanagem, instalação de sistemas de drenagem e recuperação da reserva legal e mais umas 20 pessoas, em média, irão compor o quadro de cada empresa (galpão).

Este impacto pode ser considerado positivo já que a geração de renda acaba fomentando o comércio como um todo, aumentando a arrecadação de imposto e gerando recursos para o governo investir na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

6. MEDIDAS DE CONTROLE AMBIENTAL/COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Projeto Técnico Recuperação Florestal

Para a recuperação da reserva e compensação dos 800 m² da APP invadida, foi apresentado um projeto que prevê o plantio de uma área de 6.614,18 m², a qual representa cerca de 20,67 % da área total do imóvel. Esta área é conectada a APP do ribeirão da Mata onde serão utilizadas espécies nativas da região do empreendimento.

É importante destacar que a empresa já obteve o Termo de Compromisso de Averbação da Reserva Legal devendo este ser averbado em Cartório, conforme condicionante.

Em relação a APP que sofreu intervenção (800 m²), será recomposta uma área de 0,1713 hectares, que significa mais que o dobro desta área suprimida. Esta área fará parte da área a ser averbada como reserva legal do empreendimento, sendo conectada a esta, e deverá ser recuperada através da metodologia apresentada nos estudos, utilizando espécies nativas locais.

Projeto de Drenagem Pluvial

De acordo com os estudos, para a impermeabilização da área do empreendimento considerou-se a taxa máxima de impermeabilização permitida nas diretrizes municipais. Para o escoamento das águas pluviais que incidirem sobre as áreas impermeáveis, como é o caso do sistema de circulação interna de veículos, é necessário que haja uma inclinação, para que as águas escoem para as canaletas. O caimento adotado é de 3%, considerado como suficiente.

As estruturas iniciais de condução serão do tipo canaletas e conduzirão as águas pluviais para os pontos de deságue, que estarão associados às estruturas dissipadoras de energia, cuja função é adequar a energia hídrica dos efluentes pluviais, de forma a não promover focos erosivos. Nos pontos de alteração de direção do fluxo ou de confluência de canaletas, serão empregadas caixas de passagem, que também funcionarão como estruturas de retenção de cheias.



Para a travessia das águas pluviais coletadas nas áreas de tráfego de veículos, será empregada canaletas com coberturas de grades metálicas. Ressalta-se que todo o sistema funcionará por gravidade e, portanto, seu dimensionamento e projeção observarão as curvas de nível da gleba.

Os dissipadores de energia serão constituídos por enroncamento, localizados ao final das canaletas.

Abastecimento de Água

Para fins de abastecimento de água potável, o empreendimento contará com o provimento de água da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). Contudo, tendo em vista que os consumos hídricos estão estritamente relacionados com as características de cada indústria, estimou-se o consumo provável do Condomínio Industrial Tecnoparque Confins, o qual foi submetido à citada companhia de saneamento.

Em resposta, a COPASA elaborou as Diretrizes Técnicas Básicas – DTB, onde se observa a vazão máxima disponível e o ponto de interligação da rede da COPASA com a rede interna de distribuição do condomínio.

Em razão das condições de pressão na tubulação de entrega da COPASA, não será necessário o emprego de reservatório elevado ou instalação elevatória. A pressão mínima garantida na entrada dos galpões será informada às indústrias e, caso a indústria necessite de uma pressão maior, esta deverá implantar no seu próprio lote os equipamentos necessários que satisfarão essa necessidade.

Esgotamento Sanitário

Deverão ser adotados os sistemas estáticos individuais, comumente resultantes da associação de uma fossa séptica, um filtro biológico anaeróbio e uma estrutura de descarte do efluente tratado. Essa estrutura de descarte pode ser tanto um sumidouro quanto valas de infiltração. O dimensionamento desse sistema estático é definido pelas Normas Brasileiras Regulamentadoras – NBR 7.229 e 13.969.

O tratamento do efluente industrial é mais complexo, uma vez que a sua geração esta intrinsecamente relacionada com a operação do empreendimento. Dessa forma, o efluente líquido industrial poderá apresentar desde metais pesados a efluentes ácidos ou alcalinos.

Em razão da particularidade dos efluentes gerados nas futuras indústrias que ocuparão o empreendimento, entende-se que a melhor forma de se trabalhar os efluentes industriais gerados no empreendimento é a gestão individual de cada indústria sobre seu próprio efluente. Isso se realizará com a implantação de estações de tratamento de efluentes industriais adequado para cada tipo de indústria, na área do próprio galpão.

7. DA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Por se tratar de uma Licença de Instalação Corretiva (LIC), não haverá necessidade de supressão de vegetação nativa para instalação do empreendimento, tendo em vista



que parte das estruturas do Distrito já se encontra instalada e pelo fato de que a área encontra-se totalmente antropizada.

Foi proposto pelo empreendedor a regularização de uma intervenção em 822 m² da Área de Preservação Permanente do Ribeirão da Mata e a recuperação da área através do plantio de espécies nativas e da execução do PTRF apresentado.

8. RESERVA LEGAL

O empreendimento está localizado no imóvel urbano, denominado “Capim Seco”, no município de Confins/MG, registrado na Comarca de Pedro Leopoldo/MG, sob matrícula 27.562, folha 1, livro 2, com área total de 3,200372 ha, datado de 21/05/2008.

Pelo fato da propriedade ter sido declarada urbana após 1989, o empreendedor fica obrigado a averbar a Reserva Legal junto ao Registro de Imóvel da respectiva comarca. Para tanto, foi firmado entre o empreendedor e o órgão ambiental responsável, neste caso, a SUPRAM CM, um Termo de Responsabilidade e Compromisso de Averbação da Reserva Legal da propriedade, em uma área de 0,661418 ha, não inferior a 20% da área total do imóvel matriz, atendendo a legislação em vigor, conforme controle processual.

Ressalta-se que foi apresentado um PTRF para recompor a área da reserva legal, visto que a área encontra-se totalmente antropizada, com a presença somente de espécies exóticas invasoras. Para garantir que os plantios se desenvolvam de forma satisfatória será realizado monitoramento ao longo dos 3 (três) primeiros anos após o plantio, no qual serão apresentados relatórios semestrais no primeiro ano e anual durante os anos seguintes, contemplando a verificação dos resultados obtidos com as práticas de plantio utilizadas, juntamente com a documentação fotográfica, a ser encaminhados a SUPRAM CM.

9. CONTROLE PROCESSUAL

HSIEH EMPIRE PARTICIPAÇÕES LTDA., por seu representante legal, requereu, validamente, Licença de Instalação em caráter Corretivo – LIC, para a atividade F-03-05-0 (prestação de outros serviços não citados ou não classificados), no município de Confins/MG.

O empreendedor apresentou declaração da Prefeitura Municipal de Confins informando que o tipo de atividade desenvolvida e o local de instalação do empreendimento estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do Município.

O empreendedor ainda não apresentou as anuências dos órgãos gestores das unidades de conservação da APA Carste e do Parque Estadual da Serra do Sobrado, conforme legislação em vigor, devendo assim fazê-la até a data de julgamento do processo, correndo o risco, caso os gestores destas unidades não se manifestem favoráveis ao empreendimento, de indeferimento do pedido de licença.

No que tange à Reserva Legal, entende-se que o instituto é um espaço de proteção ambiental que incide sobre as propriedades rurais, instituído pela Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, sendo um dos instrumentos de efetivação ao direito fundamental transgeracional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, expresso no art. 225 da



Constituição Federal. A Lei Estadual 14.309/2002, que dispõe sobre as Políticas Florestal e de Proteção à Biodiversidade no estado de Minas Gerais, em sua Seção III regulamenta este instituto no âmbito estadual.

A denominação e obrigatoriedade da reserva legal para o imóvel rural, no percentual mínimo de 20 % da área, foram instituídas pela Lei Federal 7.803/89, que alterou o art. 16 da Lei 4.771/1965. As leis municipais que ampliaram seus perímetros urbanos ou declararam novas áreas como de expansão urbana, a partir de julho de 1989 já deveriam encontrar os imóveis rurais com as suas reservas legais devidamente averbadas.

O atual entendimento é de que o fato dos proprietários que tiveram suas áreas rurais transformadas em urbanas após 1989 não terem cumprido com a determinação legal não os exime da exigibilidade da reserva legal, considerando também que as cidades e seus perímetros urbanos carecem tanto quanto, ou mais, de áreas verdes.

Considerando o princípio do *in dubio pro ambiente*, no qual considera que nos casos em que não for possível fazer uma interpretação unívoca da legislação, deve-se sempre optar pela mais favorável ao meio ambiente, entendemos que deve ser exigida averbação de reserva legal em áreas de expansão urbana nos casos como o aqui analisado.

A reserva legal é um instituto que viabiliza o desenvolvimento sustentável e cumpre a importante função de conservação da biodiversidade. Em áreas declaradas como de expansão urbana, a reserva legal continua representando uma forma de preservação dos ecossistemas e biodiversidade do local. Em áreas que apresentam baixa ocupação antrópica sua conectividade com outras áreas destinadas à preservação ajuda na viabilização de corredores ecológicos, por exemplo.

A propriedade em questão foi declarada urbana após 1989. Foi firmado entre o empreendedor e a SUPRAM CM um Termo de Responsabilidade e Compromisso de Averbação da Reserva Legal, em uma área de 0,661418 ha, não inferior a 20% da área total do imóvel matriz, atendendo a legislação em vigor.

O empreendimento declarou que utilização/intervenção em recurso hídrico será exclusiva de concessionária local.

Foi constatada in loco e informada pelo empreendedor intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), conforme citado anteriormente no item 5.2 do presente parecer, na qual se procede a devida regularização.

Na análise dos documentos constantes dos autos, verificou-se que o empreendedor providenciou o adimplemento integral dos custos de análise do Licenciamento Ambiental em questão, bem como o recolhimento, dos emolumentos referentes ao FOBI nº 490319/2012 A, é o que se percebe dos comprovantes de pagamento anexados aos autos, com a sua devida baixa no Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM.

No que tange as publicações em periódico de grande circulação e a oficial, referentes ao requerimento de LIC, estas se encontram regularizadas, pelo que se percebe da



documentação anexada aos autos, de acordo com a Deliberação Normativa COPAM n.º 13, de 24/10/1995.

Noutro giro, quanto à validade do prazo da licença, há de se respeitar a dos empreendimentos listados na Deliberação Normativa COPAM n.º 74/04, de Classe 3, nos exatos termos previstos na Deliberação Normativa COPAM n.º 17, de 17 de dezembro de 1996, qual seja, quatro anos.

No que se refere à atividade do licenciamento em si, a documentação compreendida no presente encontra-se em conformidade com o exigido para o seu requerimento. De fato, é o que se constata pela análise entre as peças listadas no FOBI referido, e as que aqui foram instruídas.

Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas no Anexo I deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.

Oportuno advertir, ainda, ao empreendedor, que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único e qualquer alteração, modificação ampliação sem a devida e prévia comunicação a SUPRAM CM, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

10. CONCLUSÃO

Diante do exposto a equipe técnica é favorável à concessão da licença de instalação corretiva – LIC para o empreendimento Condomínio Industrial Tecnoparque Confins pertencente à empresa HSIEH EMPIRE PARTICIPAÇÕES LTDA, desde que esta cumpra o proposto no seu Plano de Controle Ambiental, assim como as condicionantes e compensações previstas no anexo I deste Parecer Único.

ANEXO I

Processo COPAM Nº: 9562/2011/001/2012		Classe: 03
Empreendimento: Condomínio Industrial Tecnoparque Confins		
Atividade: Prestação de outros serviços não citados ou não classificados		
Localização: Rodovia MG 424, KM 10, Fazenda Capim Seco		
Município: Confins / MG		
Empreendedor: HSIEH EMPIRE PARTICIPAÇÕES LTDA		
CNPJ: 09.594.711/0001-06		
Referência: Condicionantes da Licença de Instalação Corretiva		Validade: 04 anos
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO

SUPRAM-CM	Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – SUPRAM CM Rua Espírito Santo, 495, Centro - Belo Horizonte/MG CEP 30160-030 - Telefone: (31) 3228-7700	DATA: 13/09/2012 Página: 22/24
------------------	--	-----------------------------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

01	Apresentar cópia do Contrato Particular de Locação dos Galpões, contendo cláusula que garanta a construção do sistema de fossa-filtro de acordo com as normas da ABNT NBR 7.229 e 13.969. Além disso, uma outra cláusula deverá garantir que cada locatário regularize o seu lançamento de efluentes industriais, conforme legislação.	Na formalização da LO.
02	Apresentar cópia do Contrato Particular de Locação dos Galpões, contendo cláusula que obrigue o PROMISSÁRIO LOCADOR a realizar limpeza rotineira e dar manutenção adequada aos sistemas de tratamento de efluentes, conforme legislação.	Na formalização da LO.
03	Armazenar e destinar os resíduos sólidos de construção civil e os resíduos sólidos domésticos em consonância com as normas técnicas e legislação ambiental vigente, e apresentar comprovante da forma de destinação, conforme Anexo II.	Durante a vigência desta licença.
04	Implantar cortina arbórea no empreendimento, no trecho que margeia a rodovia MG 424, de forma a minimizar o impacto visual para os motoristas que ali transitam.	60 dias após a data de concessão da licença.
05	Compensar a APP invadida, conforme PTRF apresentado, com a área em dobro da que sofreu intervenção, devendo estar conectada as demais áreas verdes do empreendimento e cercada com placas indicativas. Relatórios técnico-fotográficos deverão ser enviados, semestralmente, a este órgão ambiental contendo a descrição dos trabalhos de recuperação destas áreas.	Durante a vigência desta licença.
06	Realizar programa de educação ambiental voltado para os funcionários das empresas que estabeleceram no Distrito e nas escolas municipais de Tavares e Inácia de Carvalho	Semestralmente, a partir da data de concessão da licença.
07	Apresentar contrato de prestação de serviço da empresa especializada responsável pela destinação correta dos efluentes sanitários gerados pelas obras de implantação.	30 dias após a data de concessão desta licença.
08	Apresentar protocolo de entrada no cartório de Registro de Imóvel da respectiva comarca do Termo de Responsabilidade de Averbação e Preservação de Reserva Legal referente à propriedade cuja Reserva Legal está sendo averbada.	30 dias a partir da concessão desta licença.
09	Realizar o monitoramento de efluentes no ribeirão da Mata, conforme Anexo II.	A partir da data de concessão da licença.



OBS: Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste Parecer Único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante a análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.

ANEXO II (PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO)

1 – Efluentes Líquidos / Água Superficial

Local de Amostragem	Parâmetros	Frequência da amostragem
Ribeirão da Mata - P1 (a montante do empreendimento) e P2 (a jusante do empreendimento).	pH, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, sólidos totais, DBO, DQO, óleos e graxas e ABS	Trimestral

Relatórios:

Os relatórios deverão ser de laboratórios cadastrados conforme DN 89/05 e deverão conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises, além da quantidade gerada e do número de empregados no período.

Método de análise

Conforme determina o Art. 18 da DN COPAM N° 010/86, os métodos de coleta e análise dos efluentes devem ser os estabelecidos nas normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas, no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

Método de amostragem: normas ABNT, CETESB ou *Environmental Protection Agency* - EPA.

2 - Resíduos Sólidos

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs.
Denominação	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) 1- Reutilização

2 – Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 – Incineração

6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo

8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)

9 - Outras (especificar)